

O ESTADO JURISDICCIONAL NO BRASIL



Jônatas Luiz
Moreira de Paula



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018 Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Enzo Zaqueu Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Paula, Jônatas Luiz Moreira de.

O Estado Jurisdicional no Brasil -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-434-7

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDU341

CDD341.2/341.46

2139.350.

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Uma breve introdução.....	11
I. A participação histórica do sistema de justiça na formação das nações.....	13
1.1. A jurisdição na Idade Antiga.....	13
1.1.1. Da Mitologia à Filosofia Grega.....	13
1.1.2. Dos sistemas do <i>Ordo Iudiciorum Privatorum</i> e da <i>Cognitio Extra Ordinem</i> no direito romano.....	26
1.1.2.1. Os poderes do magistrado romano.....	26
1.1.2.2. O processo no período das <i>legis actiones</i>	27
1.1.2.3. O processo no período das <i>per formula</i>	34
1.1.2.4. O processo no período da <i>cognitio extra ordinem</i>	46
1.2. A jurisdição na Idade Média.....	51
1.2.1. O feudalismo.....	53
1.2.1.1. Introdução.....	53
1.2.1.2. Estrutura sócio-econômica do regime feudalista.....	55
1.2.1.3. O Estado no Feudalismo.....	57
1.2.1.4. O sistema judicial no feudalismo.....	58
1.2.2. O processo canônico.....	61
1.2.2.1. Introdução.....	61
1.2.2.2. A difusão do Direito Canônico e sua recepção na cultura ibérica.....	65
1.2.2.3. Os Tribunais de Inquisição.....	67
1.2.3. O surgimento dos sistemas do <i>Common Law</i> e <i>Romanístico</i>	76
1.2.3.1. O surgimento da <i>Common Law</i> e o desenvolvimento do <i>Due Process of Law</i>	77

1.2.3.2. O desenvolvimento do sistema Romanístico.....	84
1.3. A jurisdição e o contrato social.....	92
1.3.1. O absolutismo das monarquias.....	92
1.3.2. Racionalismo e Empirismo.....	96
1.3.2.1. René Descartes e o método cartesiano.....	97
1.3.2.2. Baruch Spinoza e o direito como a razão estatizada.....	100
1.3.2.3. Gottfried Wilhelm Leibniz e o jusnaturalismo.....	104
1.3.2.4. Thomas Hobbes e o Leviathan.....	106
1.3.2.5. John Locke e o seu liberalismo individualista.....	115
1.3.3. O Iluminismo e os fundamentos de um novo estado.....	124
1.3.3.1. A ascensão da burguesia e a origem do Iluminismo.....	124
1.3.3.2. O iluminismo de Voltaire.....	127
1.3.3.3. O iluminismo de Montesquieu.....	129
1.3.3.4. O iluminismo de Jean-Jacques Rousseau.....	133
1.4. A jurisdição no Estado de Direito.....	142
1.4.1. A Revolução Norte-americana.....	142
1.4.1.1. O movimento revolucionário.....	142
1.4.1.2. O legado democrático da Revolução Americana.....	144
1.4.1.3. A democracia americana em Alexis de Tocqueville.....	146
1.4.2. A Revolução Francesa.....	152
1.4.2.1. Os Antecedentes sócio-econômicos da Revolução Francesa.....	153
1.4.2.2. A Revolução Francesa e as suas fases.....	157
1.4.2.3. A compreensão do que seja Estado de Direito.....	165
1.4.3. Os Séculos XIX, XX e XXI.....	167
1.4.3.1. Socialismo.....	167
1.4.3.2. Liberalismo.....	203
2. Jurisdição e Direitos Fundamentais.....	229
2.1. O Estado de Direito e as gerações de direitos fundamentais.....	229
2.1.1. Introdução.....	229
2.1.2. Primeira Geração de Direitos Fundamentais.....	232
2.1.3. Segunda Geração de Direitos Fundamentais.....	240
2.1.4. Terceira Geração de Direitos Fundamentais.....	247

2.1.5. Quarta Geração de Direitos Fundamentais.....	249
2.1.6. Quinta Geração dos Direitos Fundamentais(?).....	250
2.2. O papel do relativismo jurídico na afirmação dos direitos fundamentais.....	251
2.2.1. O processo ontognoseológico.....	251
2.2.2. O relativismo na construção do conhecimento jurídico.....	252
2.2.3. O relativismo e a estatalidade do direito.....	256
2.3. Os Direitos Fundamentais e o ativismo judicial.....	258
2.3.1. Uma breve introdução.....	258
2.3.2. O ativismo judicial no Brasil.....	260
2.3.3. Tendências doutrinárias progressistas que precederam o ativismo judicial.....	262
2.3.3.1. Direito Alternativo.....	262
2.3.3.2. Teoria Crítica do Direito.....	265
2.3.3.3. Teoria Crítica do Direito e o processo.....	269
2.3.4. Alguns casos de ativismo judicial brasileiro.....	289
2.3.4.1. A questão ambiental.....	289
2.3.4.4. Demandas político-eleitorais.....	308
2.3.4.5. Demandas de inclusão social.....	312
2.3.4.6. Demandas de Dignidade Humana.....	320
2.3.4.7. Demandas de controle e execução do orçamento público.....	328

3. Desafios e limites do Estado Jurisdicional no Brasil.333

3.1. Introdução.....	333
3.2. A Operação Lava-Jato como divisor de águas para a política brasileira.....	334
3.2.1. Introdução.....	334
3.2.2. O desafio político da Lava-Jato.....	336
3.2.3. A Lava-Jato como divisor de águas da política brasileira.....	338
3.2.4. Os desafios jurídicos da Lava-Jato.....	340
3.3. A legitimidade da atividade jurisdicional.....	341
3.3.1. A representação política da Jurisdição Brasileira.....	341

3.3.1.1. Introdução.....	341
3.3.1.2. A representação política da Jurisdição Brasileira.....	343
3.3.1.3. A legitimação política do Poder Judiciário brasileiro.....	348
3.4. Jurisdição e Soberania popular.....	361
3.4.1. Democracia formal.....	361
3.4.2. Limites da representação política da jurisdição na democracia representativa.....	362
3.4.2.3. Dos processos de cassação do mandato de Dilma Rousseff e Michel Temer.....	365
3.4.2.4. Dos processos movidos contra o ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva.....	371
3.4.2.5. O jurídico contaminado pelo político.....	374
3.4.2.6. A jurisdição como autoridade jurídica soberana.....	377
3.4.2.7. Existe discricionariedade judicial?.....	390
4. Jurisdição e Jurisdicionalidade.....	393
4.1. Tridimensionalidade do processo.....	393
4.1.1. Introdução.....	393
4.1.2. Dimensão procedimental.....	393
4.1.3. Dimensão instrumental.....	402
4.1.4. Dimensão política.....	405
4.1.4.1. Judicialização da política?.....	408
4.1.4.2. Política no Judiciário?.....	412
4.2. A atividade jurisdicional e o sistema processual.....	413
4.2.1. A concepção do acesso à justiça.....	413
4.2.1.1. A construção do Direito de Ação.....	413
4.2.1.2. O Direito de Ação Concreto e Abstrato.....	416
4.2.1.3. Teoria Eclética de Liebman.....	421
4.2.1.4. A ação como meio de imputação da sanção jurídica.....	424
4.2.1.5. O Direito de Ação na perspectiva da tridimensionalidade do processo.....	431
4.2.2. A concepção do Direito de Defesa.....	438
4.2.2.1. O Direito de Defesa como direito abstrato e programático no processo.....	438
4.2.2.2. O Direito de Defesa na perspectiva da tridimensionalidade do processo.....	439

4.2.3. O caráter substitutivo da atividade jurisdicional.....	448
4.2.3.1. Da lide discutida entre as partes.....	449
4.2.3.2. Das provas produzidas.....	450
4.2.3.3. Do comando judicial estabelecido no julgamento.....	458
4.2.3.4. Da coisa julgada estabelecida no julgamento.....	462
4.2.3.5. Da execução desse comando judicial.....	471
4.3. A atividade jurisdicional e o sistema de precedentes.....	479
4.3.1. Preliminar metodológica: o que se compreende por jurisprudência no Brasil.....	479
4.3.2. A implantação do sistema de precedentes no Brasil.....	481
4.4.3. Um manifesto sobre o monismo e dualismo jurídico.....	487
4.4. Jurisprudência e metodologia na construção da regra jurídica pelo julgamento (judicial).....	489
4.4.1. Introdução.....	489
4.4.2. Exame dos fatos.....	491
4.4.3. Elaboração da definição jurídica.....	492
4.4.4. Elaboração do conhecimento jurídico e a vinculação à jurisprudência e súmulas.....	495
4.4.5. Elaboração da tutela jurisdicional (ou sanção jurídica).....	498
4.4.6. Quaestio facti e quaestio iuris.....	502
4.5. A funcionalidade da jurisdição.....	506
4.5.1. Introdução.....	506
4.5.2. Função judicante.....	507
4.5.2.1. Interpretativa.....	507
4.5.2.2. Aplicativa.....	507
4.5.2.3. Integrativa.....	508
4.5.2.4. Complementadora.....	509
4.5.3. Função operativa.....	510
4.5.3.1. Poder de polícia.....	510
4.5.3.2. Poder de coerção.....	511
4.5.3.3. Poder instrutório.....	511
Referências.....	513